



DESTAQUE RURAL Nº 62

27 de Maio de 2019

**AGRICULTURA:
PRODUZ-SE O QUE NÃO SE CONSUME
E IMPORTA-SE O QUE SE CONSUME**

Yara Nova¹

INTRODUÇÃO

A importância da agricultura para o desenvolvimento económico e redução da pobreza nos países pobres é referida em diversos artigos e documentos oficiais.

Em Moçambique o sector chegou a contribuir em cerca de 36% do PIB nas décadas 90, tendo-se verificado uma redução nos últimos anos devido ao crescimento dos sectores de recursos naturais, transportes, construção civil e finanças directamente associados aos recursos naturais. Os efeitos do aumento da produção agrícola proporcionam mais segurança alimentar, reduzem a pobreza, garantem o fornecimento de matéria-prima para o desenvolvimento da indústria, criam emprego e aumentam os rendimentos. Arndt *et al.*, (2006) afirma que a redução da incidência da pobreza de 69% em 1996-97 para 54% em 2002-03 é resultado do aumento da produção agrícola.

Este sector enfrenta diversos constrangimentos, como: (1) baixa produtividade resultante do pouco uso de insumos agrícolas e tecnologias de mão-de-obra intensiva; (2) dificuldades no acesso aos mercados de insumos, do dinheiro e de comercialização da produção; (3) baixa competitividade agrícola devido à produtividade e condições institucionais (mercados distorcidos e políticas instáveis e, muitas vezes, incoerentes); (4) dependência de importações e ausência de mecanismos de protecção; (5) investimentos em mega projectos que se traduzem em poucos benefícios para os pequenos produtores e famílias; (6) políticas públicas que, além de secundarizarem a agricultura, são instáveis e incoerentes. Diante deste cenário, e consequentemente, o sector não tem correspondido às funções que lhe são atribuídas constitucionalmente, (Mosca, 2015).

O presente texto tem como objectivo apresentar a evolução e a análise de vários indicadores da agricultura no período entre 1961 e 2017 (podendo este período variar consoante os indicadores). Para tal, foram seleccionados os seguintes produtos: arroz, milho (em grãos), amendoim, feijões, mandioca, batata-reno, cebola, tomate, algodão fibra e tabaco. A escolha dos produtos deve-se à sua importância na dieta alimentar, ao peso sobre a produção total dos alimentos básicos e importância na balança comercial. Foram seleccionados os seguintes parâmetros: (1) balança comercial agrícola e alimentar; (2) orçamento do Estado para o sector; (3) investimento público e privado; e, (3) crédito agrícola.

¹ Yara Nova é assistente de pesquisa no OMR.

1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

a) Produção total

A produção agrícola em Moçambique é realizada maioritariamente pelo sector familiar (pequenos produtores), com tecnologias intensivas em trabalho, em explorações de pequena dimensão, com fracas relações com os mercados e em regime de sequeiro.

Nos gráficos abaixo verifica-se que as culturas analisadas apresentam variações significativas ao longo da série.

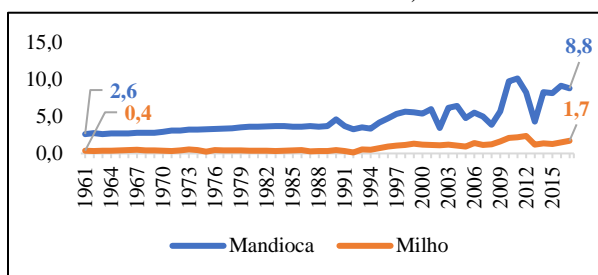
A mandioca e o milho são as culturas mais produzidas. A maior produção da mandioca foi em 2011, quando atingiu cerca de 10 milhões de toneladas. Entre o primeiro e o último ano analisado, a produção da mandioca aumentou 3,3 vezes. O milho apresentou uma tendência crescente a partir dos anos 90, atingindo o pico em 2012, com uma produção anual de 2,3 milhões de toneladas. A produção do milho foi a que mais aumentou: 4,2 vezes entre o primeiro e o último ano.

No gráfico 1.2 verifica-se que a produção de arroz, feijões e amendoim tiveram variações importantes entre 2004 e 2015 (não foi possível encontrar as razões que justifiquem estas variações). À excepção dos feijões, a produção destas 10 culturas apresentou uma tendência crescente.

Observando o gráfico 1.3, verifica-se que a produção de batata-reno, cebola e tomate apresentaram um crescimento significativo, registando aumentos em 6,4%, 16%, 15%, respectivamente.

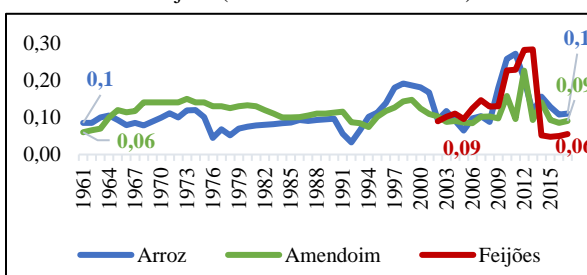
Nas culturas de rendimento representadas no gráfico 1.4, constata-se que o algodão fibra apresentou variações importantes, tendo-se verificado uma redução brusca da produção de 36 mil toneladas em 1961 para 7 mil em 1985. Por outro lado, a produção do tabaco tendeu em manter-se constante em níveis baixos, entre a década 60 e finais da década 90, contudo, a partir de 2009/2010, apresentou um crescimento significativo.

Gráfico 1.1. Evolução de produção de mandioca e milho (em milhões de toneladas)



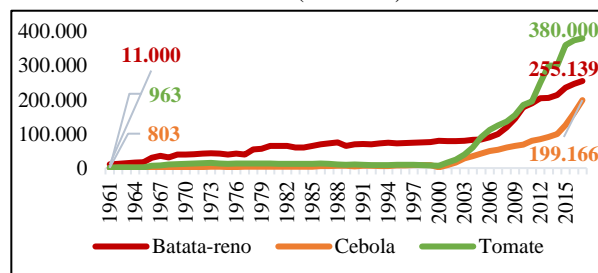
Fonte: FAO

Gráfico 1.2. Evolução de produção de arroz, amendoim e feijões (em milhões de toneladas)



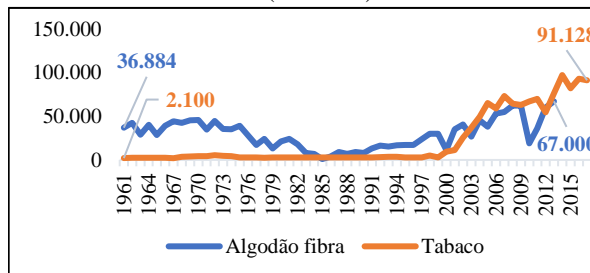
Fonte: FAO

Gráfico 1.3. Evolução de produção de batata-reno, cebola e tomate (toneladas)



Fonte: FAO

Gráfico 1.4. Evolução de produção de algodão fibra e tabaco (toneladas)



Fonte: FAO

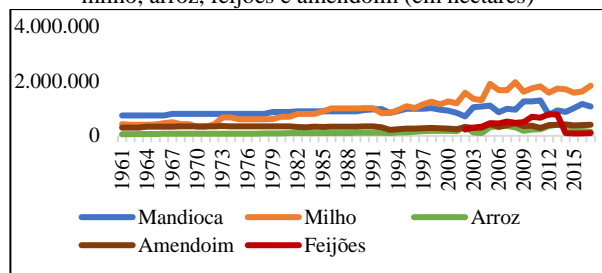
b) Hectares trabalhados

Ao analisar a evolução dos hectares trabalhados, nota-se que existe uma relação entre a área trabalhada e a produção. Verifica-se, em todas as culturas, um aumento da área produzida a partir dos anos 2000, embora com oscilações importantes após este período.

O milho, a mandioca e o tabaco são as culturas com maior área trabalhada. Destacam-se ainda as culturas batata-reno, cebola e tomate que apresentaram um crescimento significativo da área trabalhada.

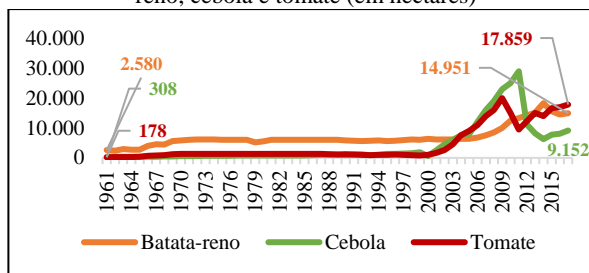
Segundo o Anuário de Estatísticas Agrárias de 2015, a área média das pequenas e médias explorações era de 1,1 hectares. O estudo de Carrilho *et al.* (2003) divide o pequeno produtor em tercís segundo o rendimento familiar e indica que, em média, cada família utiliza entre 1,25 e 2,01 hectares (1º e 3º tercís, respectivamente).

Gráfico 1.5. Evolução dos hectares trabalhados de mandioca, milho, arroz, feijões e amendoim (em hectares)



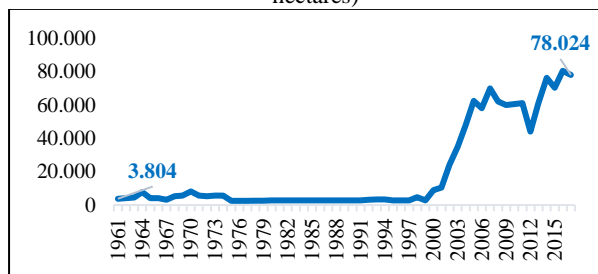
Fonte: FAO

Gráfico 1.6. Evolução dos hectares trabalhados de batata-reno, cebola e tomate (em hectares)



Fonte: FAO

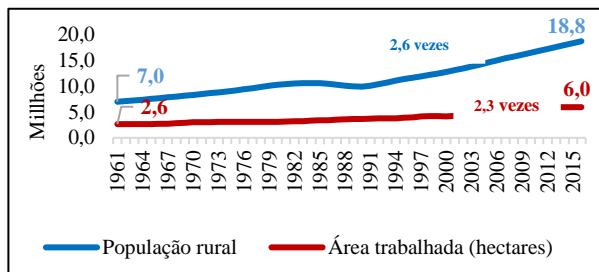
Gráfico 1.7. Evolução dos hectares trabalhados de tabaco (em hectares)



Fonte: FAO

c) Evolução da área trabalhada e da população rural

Gráfico 1.8. Evolução de população e de área trabalhada total



Nota: Os dados de área trabalhada são estimativas da FAO.

Fonte: World Bank para população e FAO para área explorada

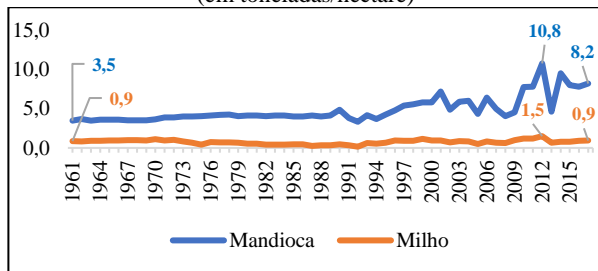
No gráfico 1.8, observa-se que a população rural e a área trabalhada apresentaram uma tendência crescente ao longo da série. Observa-se que o crescimento da população foi superior ao da área trabalhada, podendo ser justificado pelas seguintes razões: (1) a substituição de actividades da agricultura para outras (comércio, transporte, produtos florestais, etc.); e, (2) redução das áreas médias de exploração.

d) Produtividade

Das culturas analisadas, destacam-se a produtividade da cebola e do tomate, por apresentarem um crescimento significativo, tendo passado de entre 2 e 10 ton/há, nas décadas 60 e 90, para 21 ton/há, nos últimos anos da série.

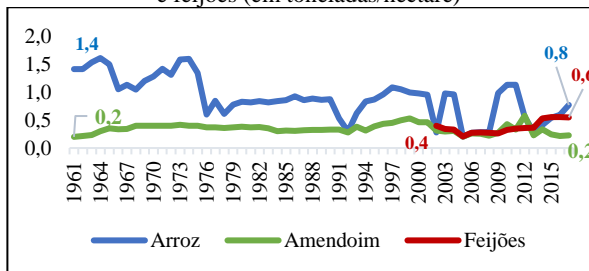
A produtividade da mandioca tendeu em manter-se entre 3 a 5 ton/ha desde a década 60 e finais da década 80, seguindo-se de uma tendência crescente, tendo, em 2012, registado a maior produtividade (cerca de 10 ton/ha). A produtividade do milho, arroz, amendoim e feijões não variaram significativamente. O tabaco apresentou uma tendência crescente de 1961 a 1980, tendo-se mantido entre 1 a 1,3 ton/ha após este período.

Gráfico 1.9. Evolução de produtividade de mandioca e milho (em toneladas/hectare)



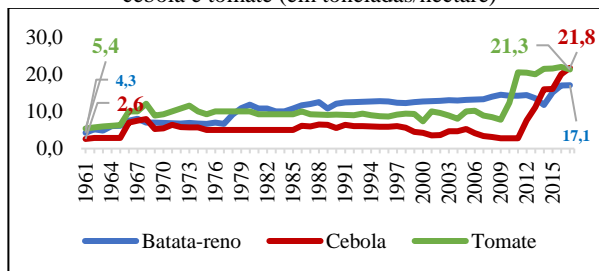
Fonte: FAO

Gráfico 1.10. Evolução de produtividade de arroz, amendoim e feijões (em toneladas/hectare)



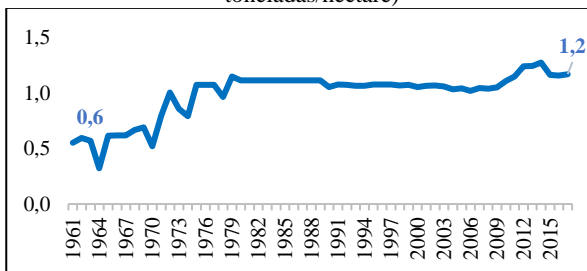
Fonte: FAO

Gráfico 1.11. Evolução de produtividade de batata-reno, cebola e tomate (em toneladas/hectare)



Fonte: FAO

Gráfico 1.12. Evolução de produtividade de tabaco (em toneladas/hectare)



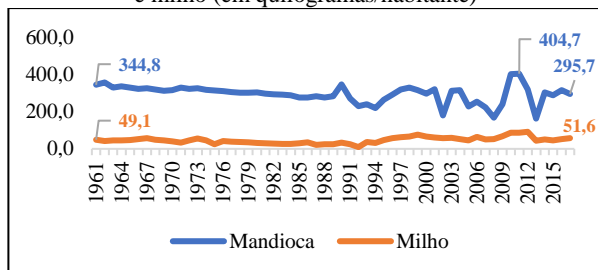
Fonte: FAO

e) Produção per capita

Nos gráficos abaixo, constata-se que, à exceção do milho, batata-reno, tomate e cebola, as outras culturas (mandioca, arroz, feijões e amendoim) apresentaram uma produção *per capita* com tendência decrescente ao longo da série.

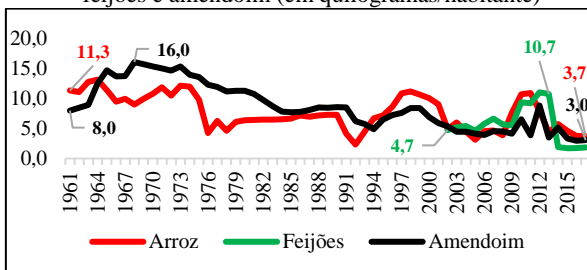
O gráfico 1.16 apresenta o rácio produção agro-alimentar *per capita*/necessidades agro-alimentares *per capita* e oferta agro-alimentar/necessidades agro-alimentares. Observa-se que ambos os rácios tiveram tendências decrescentes até 1992, ano em que se verificou a menor proporção, 9% e 19%, respectivamente. Em 2012, ambos os rácios atingiram o maior valor da série, 59% (produção) e 76% (oferta).

Gráfico 1.13. Evolução de produção *per capita* de mandioca e milho (em quilogramas/habitante)



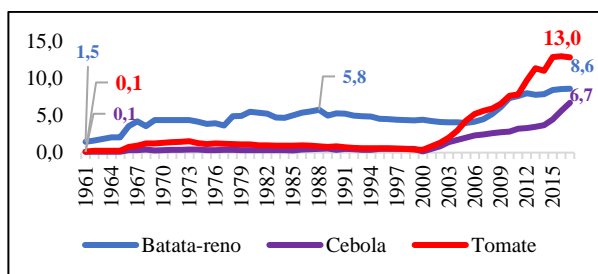
Fonte: FAO

Gráfico 1.14. Evolução de produção *per capita* de arroz, feijões e amendoim (em quilogramas/habitante)



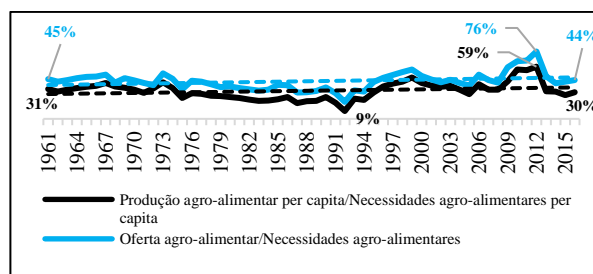
Fonte: FAO

Gráfico 1.15. Evolução de produção *per capita* de batata-reno, cebola e tomate (em quilogramas/habitante)



Fonte: FAO

Gráfico 1.16. Evolução do rácio produção agro-alimentar *per capita*/necessidades agro-alimentares *per capita* e oferta agro-alimentar/necessidades agro-alimentares



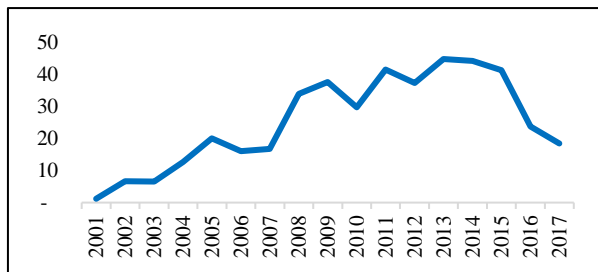
Nota: As duas linhas a tracejado representam as linhas de tendência para cada variável. As necessidades e a produção *per capita* referem-se ao somatório dos seguintes produtos: amendoim, arroz, feijões (nhemba e seco, para o caso de produção) e milho.

Fonte: FAO e WB para a produção *per capita* e Abbas (2017) para as necessidades alimentares

f) Insumos de produção

Nos gráficos sobre os insumos de produção constata-se o seguinte: (1) o volume de importação de tratores e outros equipamentos agrícolas foi crescente a partir de 2000, registando o pico em 2013; e, (2) no gráfico 1.18, nota-se que a quantidade importada de fertilizantes apresentou oscilações importantes ao longo da série, tendo em 2008 a importação atingido cerca de 61 mil toneladas. Observa-se ainda que, por área (em hectares) trabalhada, a quantidade de fertilizantes utilizada foi baixa e tendencialmente decrescente.

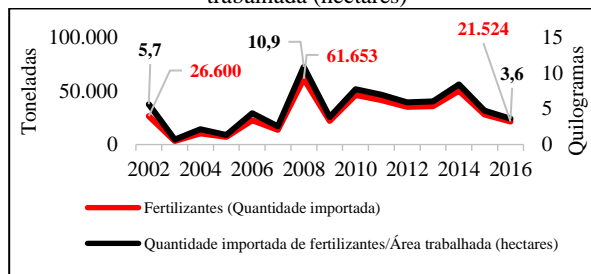
Gráfico 1.17. Evolução de importação de tratores e outros equipamentos agrícolas (em milhões de USD)



Nota: Outros equipamentos agrícolas incluem arados, semeadores, distribuidores de fertilizantes, sulfatador, debulhadoras, máquinas de ordenha, entre outros.

Fonte: INE

Gráfico 1.18. Evolução de quantidade importada de fertilizantes e quantidade importada de fertilizantes/área trabalhada (hectares)



Nota: Escala à direita para a quantidade importada de fertilizantes/área trabalhada (hectares).

Fonte: FAO

Os dados do Anuário de Estatísticas Agrárias 2015 indicam que, do total de 4,7 milhões de hectares cultivados, apenas 5,1% das explorações utilizaram pesticidas, 2,9% utilizaram estrume e 4,7% utilizaram fertilizantes agrícolas. Cerca de 90% dos fertilizantes são utilizados nas culturas do açúcar e tabaco.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES

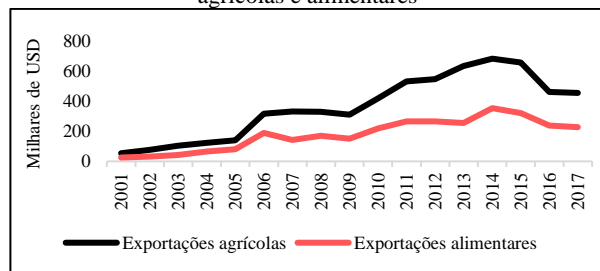
2.1. Balança comercial agrícola

A evolução das exportações dos bens agrícolas e alimentares apresenta tendência crescente e com oscilações importantes ao longo da série. Nota-se um aumento a partir de 2005, observando-se uma queda em 2015, podendo ser justificada pela influência dos preços internacionais das principais *commodities* (óleos, algodão e carnes). Das culturas mais exportadas, encontram-se as de rendimento, representando cerca de 74% do total das exportações agrícolas e alimentares.

Em relação às importações verifica-se uma tendência crescente, embora com algumas oscilações. As importações de produtos agrícolas e alimentares tiveram um pico em 2013, seguindo-se uma descida de 2014 a 2016. Os cereais (arroz e trigo) são os produtos com maior peso no total das importações de produtos agrícolas e alimentares, representando, em conjunto, 42%.

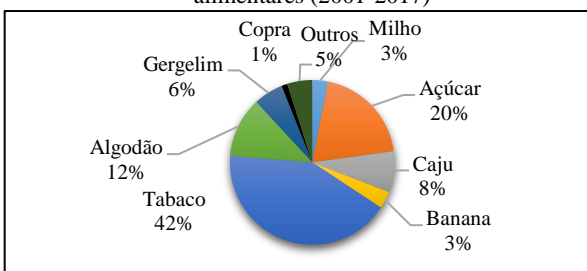
Os saldos das balanças comerciais agrícolas e alimentares foram negativos na série analisada, contudo, com tendências de melhoria nos últimos anos.

Gráfico 2.1.1. Evolução das exportações de produtos agrícolas e alimentares



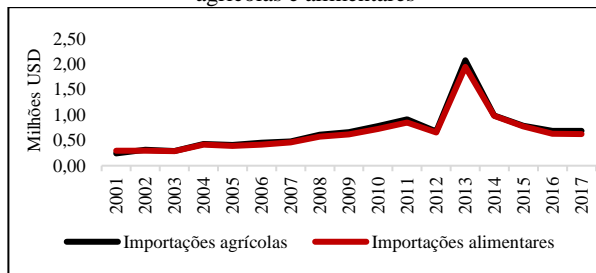
Fonte: FAO

Gráfico 2.1.2. Principais exportações agrícolas e alimentares (2001-2017)



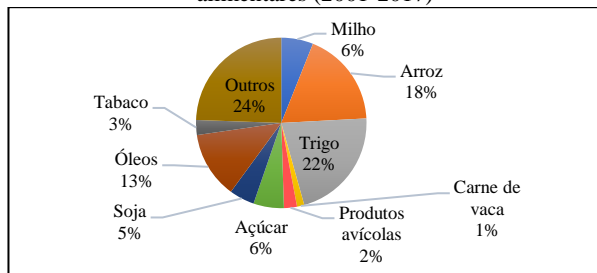
Fonte: FAO

Gráfico 2.1.3. Evolução das importações de produtos agrícolas e alimentares



Fonte: FAO

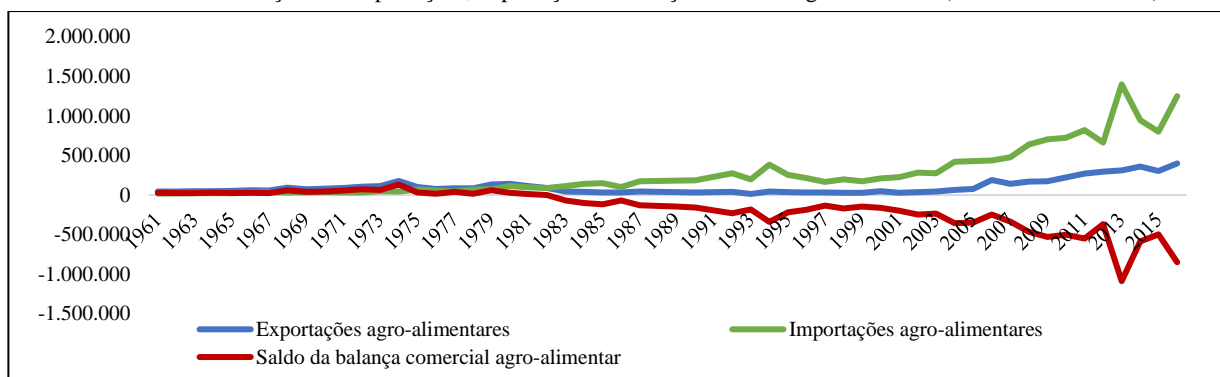
Gráfico 2.1.4. Principais importações de produtos agrícolas e alimentares (2001-2017)



Nota: Óleos referem-se ao somatório de óleo de palma, de soja e girassol.

Fonte: FAO

Gráfico 2.1.5. Evolução das importações, exportações e balança comercial agro-alimentar (em milhares de USD)



Fonte: FAO

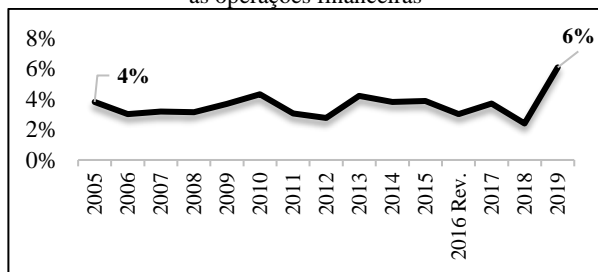
2.2. Orçamento do Estado para agricultura

Constata-se que o orçamento público total destinado ao sector agrário foi, em média, apenas 4% ao longo do período analisado.

Ao analisar o gráfico 2.2.2, nota-se que a centralização do orçamento do sector da agricultura, terra e ambiente tende a aumentar, situando-se entre 60% a 90% do total orçamentado para o sector.

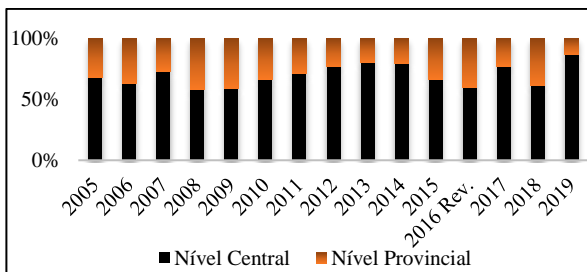
Do gráfico 2.2.3, observa-se grandes diferenças de dotação orçamental por hectare trabalhado entre províncias. Os extremos são a província de Tete com 220 meticais por hectare e Gaza com 1.972 meticais. Ressalta-se que as províncias consideradas como possuindo o maior potencial produtivo (Zambézia, Nampula, Manica e Tete) não são as que recebem maior dotação orçamental por hectare.

Gráfico 2.2.1. Percentagem das despesas totais orçamentadas para Agricultura, Terra e Ambiente no total OGE, incluindo as operações financeiras



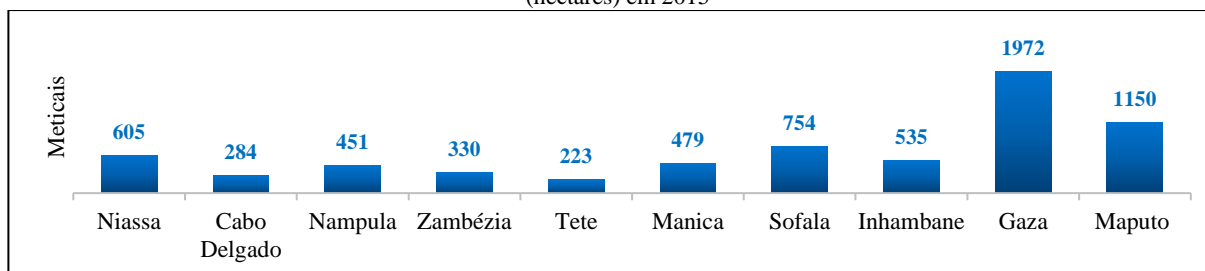
Nota: Dados do MASA, antigo MICOA de 2005 a 2014 e MITADER a partir de 2015.
Fonte: OGE

Gráfico 2.2.2. Distribuição percentual do orçamento para Agricultura, Terra e Ambiente entre nível central e provincial



Fonte: OGE

Gráfico 2.2.3. Despesas totais orçamentadas para agricultura, terra e ambiente por província/Área trabalhada por província (hectares) em 2015



Nota: Os dados de Maputo representam o somatório da cidade e província de Maputo.

Fonte: OGE para as despesas totais para agricultura, terra e ambiente e AEA-MASA para as áreas totais cultivadas.

2.3. Investimento público e privado na agricultura

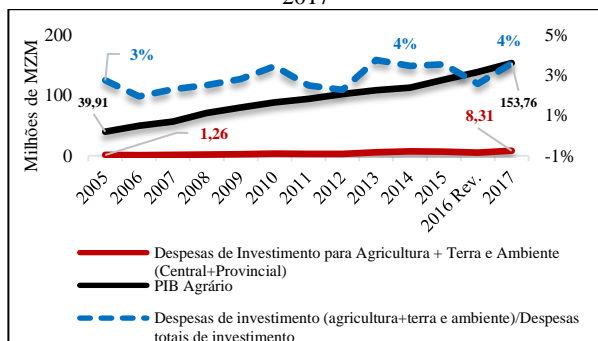
a) Investimento público

No gráfico 2.3.1 constata-se que o investimento público e o PIB da agricultura apresentaram uma tendência crescente; porém, a partir de 2010, verifica-se uma tendência decrescente do investimento. O orçamento total do investimento público destinado à agricultura foi baixo e com tendência decrescente, representando em média 3% ao longo da série.

No gráfico 2.3.2 pode-se também observar que as despesas de investimento no sector agrário representam, em média, apenas 3% do PIB agrário.

Na última década, aproximadamente 50% do orçamento de investimento público para a agricultura foi alocado ao apoio institucional e apoio à produção. Entre 2012-2017, a extensão, florestas e serviços pecuários totalizam cerca de 36% do total do orçamento do Estado para investimento na agricultura. Os direitos e gestão da terra tiveram a menor percentagem.

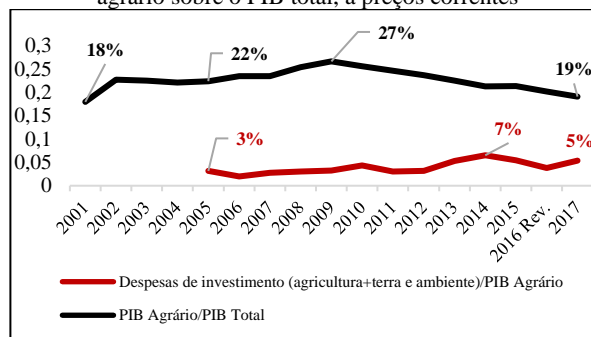
Gráfico 2.3.1. Evolução do investimento público orçamentado na agricultura, a preços correntes entre 2005 e 2017



Nota: Para uma melhor apresentação gráfica foi colocada a percentagem das despesas de investimento (agricultura+terra e ambiente)/Despesas totais de investimento em segunda escala à direita.

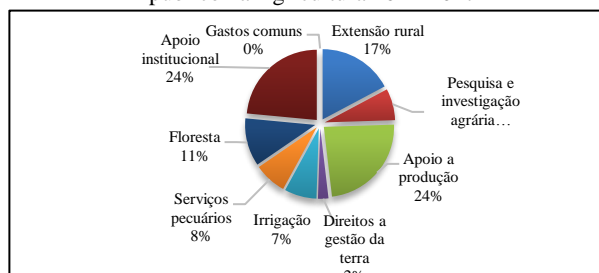
Fonte: OGE (MASA, MICOA e MITADER) para as despesas de funcionamento e Investimento e INE para o PIB agrário

Gráfico 2.3.2. Evolução de proporção do investimento público orçamentado no PIB agrário e do PIB do sector agrário sobre o PIB total, a preços correntes



Fonte: OGE (MASA, MICOA e MITADER) para as despesas de Investimento público e INE para o PIB

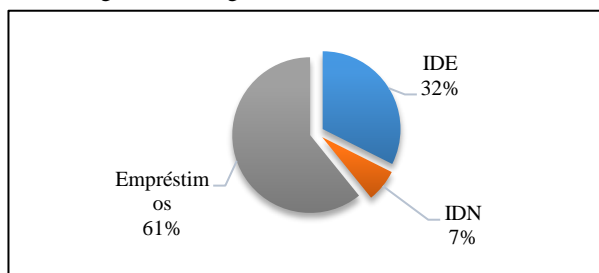
Gráfico 2.3.3. Distribuição do orçamento para investimento público na Agricultura 2012-2017



Fonte: MASA

b) Investimento privado

Gráfico 2.3.5. Proveniência do investimento privado na agricultura e agro-indústria, entre 2001 e 2017



Fonte: APIEX

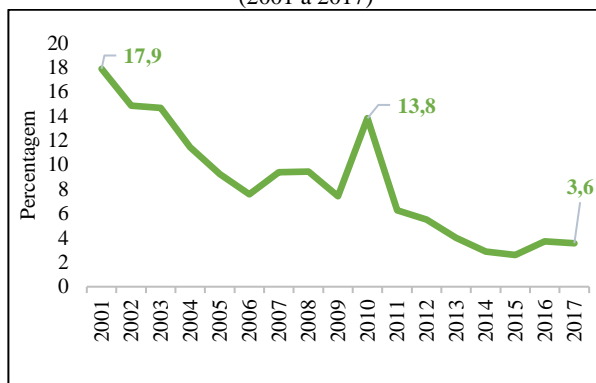
Pode-se observar, no Gráfico 2.3.5, que os empréstimos (externo e interno) são a mais importante fonte de financiamento do investimento. Entre 2001 e 2017, cerca de 61% do investimento privado aprovado para a agricultura e agro-indústria foi financiado por empréstimos. No mesmo período, o IDN contribuiu com apenas 7% e o IDE com 32%.

2.4. Crédito agrário

No gráfico 2.4.1 pode-se observar que a percentagem de crédito destinado à agricultura apresentou uma tendência decrescente acentuada, representando, em média, 8% ao longo do período. Segundo o Anuário de Estatísticas Agrárias de 2015, apenas 0,6% dos pequenos e médios produtores tinham beneficiado ou tiveram acesso ao crédito.

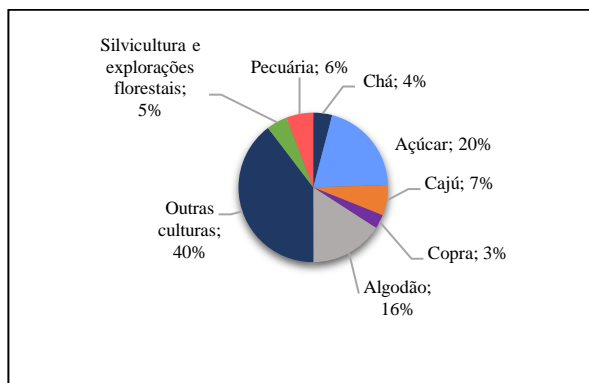
As culturas que mais beneficiaram do crédito foram o açúcar e o algodão, com cerca de 20% e 17% do crédito total ao sector, respectivamente.

Gráfico 2.4.1 Evolução de proporção do crédito agrário sobre o crédito total à economia (2001 a 2017)



Fonte: BdeM.

Gráfico 2.4.2. Distribuição do percentual do crédito agrário por produto de 2001-2017



Fonte: BdeM.

Resumo:

Em resumo, pode-se constatar que, embora se verifique uma tendência crescente da produção e das áreas trabalhadas (principalmente nos últimos anos da série), o mesmo não se verifica relativamente à produção por habitante e a produtividade. Estas variáveis permaneceram em níveis baixos e tendencialmente decrescentes nos produtos analisados.

Não é difícil perceber a razão que leva à baixa produtividade em Moçambique. Ao observar os indicadores de análise do sector agrário, verifica-se que: (1) a dotação orçamental pública destinada ao sector foi, em mais de duas décadas, em média, 3%; (2) o investimento privado é realizado maioritariamente com capital externo e em culturas específicas (orientadas à exportação), reforçando a secundarização dos agentes económicos nacionais e do mercado interno, sendo reduzida a retenção de valor acrescentado no país; (3) o volume de crédito tem decaído ao longo do tempo, representando, em média, 8% no período analisado, sendo destinado maioritariamente para as culturas de rendimento; (4) a produção per capita de alimentos tem decaído, reflectindo-se em crescente valor de importações de bens alimentares e agrícolas; (5) reduzido volume de investimento na área de pesquisa e investigação agrícola; (6) baixa utilização de insumos (máquinas agrícolas e fertilizantes) importados, destinados principalmente às culturas de rendimento; (7) não existem incentivos aos pequenos produtores considerando que estes realizam mais de 90% da produção de alimentos.

As exportações principais são de produtos para matéria-prima de indústrias no exterior e importam-se bens de consumo. Isto é, produz-se o que não se consome e importa-se o que se consome, o que contribui para a persistência de elevados índices de dependência externa alimentar e insatisfação das necessidades alimentares, componente principal da prevalência dos elevados níveis de pobreza, insegurança alimentar e subnutrição.

Bibliografia

ABBAS, M. (2017). *Segurança alimentar auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade*. Observador Rural n° 55. Maputo: Observatório do Meio Rural – OMR

Arndt, C., James, R., and Simler, K. (2006) *Has Economic Growth in Mozambique been ProPoor?* Journal of African Economies, 15(4): 571-602

MASA (2015). Anuário de Estatísticas Agrárias 2015. Direcção de Planificação e Cooperação Internacional. Maputo - Moçambique

Carrilho *et al.* (2003), *Qual o papel da agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique?*. Relatório N° 53P. MINADER. Maputo

Mosca, João (2015). *Agricultura familiar em moçambique: ideologias e políticas*. Observador Rural N° 24. Observatório do Meio Rural. Maputo